

A FORMAÇÃO PARA EJA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNESP DE MARÍLIA E A CONTRIBUIÇÃO DO PIBID

TRAINING FOR EJA IN THE PEDAGOGY COURSE AT UNESP IN MARÍLIA AND THE CONTRIBUTION OF PIBID

Lais Freitas Van Opstal NASCIMENTO¹

Cláudia Pereira de Pádua SABIA²

RESUMO: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica. Sendo destinada às pessoas maiores de 15 anos que não concluíram o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio. O objetivo deste estudo é identificar de que forma ocorre a formação para a EJA no curso de Pedagogia da Unidade de Marília da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e verificar as possíveis contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) para essa formação. As Metodologias utilizadas são as pesquisas bibliográfica e documental. Como resultados principais do estudo, destacamos a importância ao acesso a esta modalidade dentro da universidade, da necessidade de uma formação especializada para os alunos egressos nessas salas e o papel fundamental do PIBID como auxiliador e mediador destas duas necessidades, antecipando este contato com a sala de aula e oferecendo um olhar diferenciado para práticas emancipadoras e necessária que todos os alunos de pedagogia deveriam obter ao se tornarem professores, para que, caso assumam uma sala de EJA, saibam a melhor maneira de conduzir as aulas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores. EJA. PIBID

INTRODUÇÃO

O interesse em realizar a pesquisa no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu a partir da nossa experiência no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) financiado pela CAPES/MEC, desenvolvido na UNESP e vivenciado nas escolas de Rede Municipal de Marília. O programa tem por objetivo inserir os alunos de licenciaturas nas escolas públicas para vivenciarem o cotidiano dentro das salas de aula, além de auxiliar no processo de formação acadêmica. Das especificidades que sobressaíram durante as aulas, carreguei comigo a necessidade de pesquisar mais sobre este tema e indagar qual a formação necessária para melhor

¹ Cursa Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica, Institucional, Hospitalar e Empresarial, pelo Grupo Rhema Educação. Pedagoga (Licenciatura Plena) com aprofundamento em Educação Infantil pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus de Marília. E-mail: laisfreitas@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0190-5317>.

² doutorado em Educação (2007) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pós-Doutorado em Avaliação Educacional (UNICAMP, 2020); professora Assistente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar - DASE da Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC da UNESP, campus de Marília. E-mail: claudia.sabia@unesp.br  <https://orcid.org/0000-0001-8173-6420>.

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2021.v22esp2.p55>

desenvolvimento das mesmas. Dentro da sala, percebi a inevitabilidade de uma formação específica para os professores que desejam lecionar nesta modalidade e de como é importante a interação e participação ativa dos alunos nas aulas. Utilizando uma prática inclusiva, colocada pelas vivências e histórias dos alunos, cada vez mais, coloca-se a necessidade de aproximação com a realidade de cada um. Como afirma Freire (1967), é necessário:

uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. [...] (FREIRE, 1967, p. 90)

Com isso, a intenção desta pesquisa é analisar de que modo o PIBID auxilia na formação e capacitação dos professores para atuarem nas salas de EJA. A vivência e o contato com esta prática através do projeto na universidade podem nos mostrar um olhar diferenciado para a forma como essa educação é tratada pelos governos, além de trazer uma vasta experiência para nossa formação profissional nessa área pouco valorizada e de extrema importância. O PIBID nos dá um olhar mais crítico sobre a realidade da EJA e do modo como devemos cuidá-la e executá-la para o melhor aprendizado dos alunos que não tiveram oportunidade de concluir sua formação no período “regular”. Para isso, foram realizadas as pesquisas bibliográfica e documental de modo a fundamentar esse pensamento. Para o levantamento bibliográfico, o critério aplicado foi interligar os assuntos em uma mesma pesquisa, aplicando dentro do município de Marília inicialmente. Em seguida foi ampliado para abranger uma quantidade maior de documentos e de dados. Com isso, utilizei as palavras-chave: PIBID + EJA + Marília nos sites de busca: SCIELO, BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e na biblioteca digital da UNESP (Athena), e foram encontradas duas pesquisas, porém, uma foi descartada de início por não se enquadrar no assunto desta pesquisa. Na segunda pesquisa foi utilizada as palavras-chave: PIBID + EJA + UNESP nos mesmos sites de busca e foram encontradas quinze pesquisas, sendo nove descartadas de início por não se adequarem ao assunto. Das seis pesquisas restantes, todas tratam do assunto, porém, de outros locais. Das cinco restantes, foram encontrados cinco TCC(s) (Trabalho de Conclusão de Curso) de alunas que cursaram Pedagogia e foram muito relevantes para o estudo, agregando muito conhecimento. A pesquisa documental consistiu nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos Cursos de Pedagogia oferecidos pela universidade e no documento Sinopse Estatística do *site* do INEP (www.inep.gov.br) para obtenção dos dados de matrículas da EJA no município.

O estudo proposto foi organizado em seis partes: iniciaremos apresentando a modalidade EJA, na sequência, abordaremos como ocorre a formação inicial do pedagogo no Brasil. Em seguida apresentaremos uma síntese do município estudado e a trajetória da EJA na cidade. Na quinta parte discorreremos sobre a formação no curso de Pedagogia na UNESP de Marília e como é ofertado a matéria de EJA

dentro da universidade. Por último, apresentaremos o programa PIBID e os projetos desenvolvidos na Unidade de Marília.

A MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

“A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.” (BRASIL, 1996). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 afirma ainda que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996).

Entretanto, apesar dos avanços na legislação, buscando garantir a educação para o público-alvo da EJA, o número da população com analfabetismo ou baixo grau de escolarização continuou a ser alto, tendo em vista todas as leis nacionais e internacionais afirmando esse direito para todos. Haddad (2017) afirma ainda que:

peçoas que passam por processos de escolarização exercem melhor sua cidadania, pois, inevitavelmente, tem melhores condições de realizar e defender outros direitos humanos como saúde, habitação, meio ambiente, participação política etc. (HADDAD, 2017, p.27)

Assim, quando os cidadãos têm o direito à educação negada, como etapa inicial para o exercício da cidadania consciente, os demais direitos serão inviabilizados. Desse modo, a EJA é uma possibilidade de emancipação dos sujeitos, sendo o início para que todos possam alcançar melhores condições de vida.

A educação de jovens e adultos é destinada para as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade regular ou que desejam retomar seus estudos. Di Pierro (2017) afirma que a EJA é delimitada não somente pela idade ou geração, mas também pela questão socioeconômica e cultural. A autora explica que:

o campo focaliza as pessoas jovens, adultas e idosas pertencentes aos estratos sociais de baixa renda cujo direito de preconceitos, de ausência ou distância de escolas, de trabalho precoce e frequência breve ou descontinua a instituições de ensino de má qualidade, onde não tiveram êxito na aprendizagem. Engloba também aquela parcela da juventude que teve acesso a escolas na infância e adolescência, porém não logrou sucesso na aprendizagem, realizando percursos acidentados, marcados por reprovações e abandonos; esses jovens procuram alternativas de reinserção no sistema educativo e acelerado de estudos. Compreende ainda as pessoas jovens e adultas que interromperam os estudos nos níveis obrigatórios a sua época (o antigo primário ou o ensino fundamental) e que buscam nivelar sua escolaridade

no patamar requerido pelo mercado de trabalho e garantido pela legislação atual às novas gerações (o ensino médio). (DI PIERRO, 2017, p. 10-11)

A Educação de Jovens e Adultos precisa ser reconhecida como dever do Estado e direito para a população e não apenas com o intuito de alfabetizar para ingressar ao mercado de trabalho e com mão de obra qualificada, ou como uma “solução” para alguns adultos conseguirem assinar seus nomes. Como propõe Paulo Freire (1967),

o que importa, realmente, ao ajudar-se ao homem é ajudá-lo ajudar-se. (e aos povos também). É fazê-lo agente de sua própria recuperação. É repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas. (FREIRE, 1967, p.56)

Na perspectiva de Freire (1967) é necessário um olhar onde a escola se molde para o aluno e não ao contrário, oferecendo condições básicas para a permanência do mesmo e para o seu desenvolvimento intelectual e o moral. É preciso considerar as vivências dos alunos e construir atividades que condizem com cada aluno e suas particularidades para que cada aluno consiga alcançar seus objetivos e se alfabetizar completamente. Todavia, além da necessidade de formação e capacitação dos professores, vemos que o ensino de jovens e adultos caminha cada vez mais para uma educação compensatória, muito parecida com o ensino supletivo no qual busca-se a formação dos alunos no menor tempo possível, com vistas ao mercado de trabalho. Esta conduta acaba ignorando as experiências e os saberes que os alunos adquiriram durante sua vida e que podem servir de muito aprendizado nas discussões dentro da sala de aula. Para a autora, Di Pierro (2017) a EJA é enriquecida justamente pelas experiências dos alunos, ajudando assim na ligação de um novo aprendizado. Devemos considerar que a Educação de Jovens e Adultos é uma formação para a autonomia e para a vida em sociedade, por isso deve-se ponderar a identidade social do aluno, visando auxiliar seu desenvolvimento integral.

Outra concepção de Educação de Jovens e Adultos é a corrente da Educação Popular. Defendida por Paulo Freire e seus colaboradores, tem como intuito incentivar o trabalho cooperativo, a problematização e contextualização dos conteúdos escolares, além da luta pelo direito social da EJA e ressignificação do trabalho pedagógico com o objetivo de promover o ensino-aprendizagem crítico, criativo, dialógico e problematizador. Mota Neto (2017) afirma que “A educação popular tem sido capaz de engrenar não apenas outra pedagogia, com fontes teóricas inovadoras e originais, mas também tem se articulado a partir de interesses e lutas sociais específicos de nosso contexto.” (MOTA NETO, 2017, p. 150)

Trata de uma emancipação social que pensa a educação como conhecimento, ato político e estético que não reduz a conhecimento somente como ensino, mas se preocupa também com a formação social do ser humano, tendo uma aprendizagem inclusiva e voltada para a diversidade cultural que esteja engajada nos problemas da

região onde o aluno reside, possibilitando a relação entre os saberes e as práticas cotidianas. Segundo Mota Neto (2017),

Trata-se de uma concepção de educação que considera que “não há prática pedagógica que não parta do concreto cultural e histórico do grupo com quem se trabalha” (FREIRE, 2004, p.57), uma vez que ensinar exige reconhecimento e a assunção da identidade cultural dos educandos (FREIRE, 1996). A Educação Popular freireana combina uma teoria do conhecimento, um ato político e um ato estético. (FREIRE, 1996, 2004 apud MOTA NETO, 2017, p.151)

Segundo Silva (2000) em sua resenha sobre a livro de Paulo Freire intitulado Educação como Prática de Liberdade,

A práxis pedagógica de Paulo Freire mostra, conforme afirma Weffort, o respeito à liberdade dos educandos – que nunca são chamados de analfabetos mas de alfabetizandos. Ao educador cabe apenas registrar fielmente o vocabulário dos participantes e selecionar algumas palavras básicas em termos de frequência, relevância como significação vivida e tipo de complexidade fonêmica que apresentam. Estas palavras, de uso comum na linguagem do povo e carregadas de experiências vividas, são as palavras geradoras. (SILVA, 2000, p.184)

A concepção de Educação Popular para EJA parte de três diretrizes: pesquisa; diálogo e problematização onde valoriza os assuntos sociais que fazem sentido para os alunos e seu cotidiano, e incentiva a liberdade dentro da sala de aula para que os conteúdos sejam cada vez mais próximos da realidade em que o indivíduo vive.

Com isso vemos que a EJA é muito mais ampla do que uma simples formação restrita ao mercado de trabalho, é uma preparação para a vida em sociedade. Por isso, precisamos considerar a identidade social do aluno e a busca por uma educação emancipatória.

A FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Para se tornar um professor no Brasil, é preciso ter cursado licenciatura, sendo dividida em duas “categorias”: para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, tendo que cursar Pedagogia, ou as demais licenciaturas para matérias específicas, como matemática, história, educação física, para dar aulas aos anos finais do ensino fundamental ou médio. Esta formação inicial vem sendo alvo de críticas e julgamentos por diversos anos, sendo alegado a falta de preparo e remuneração adequada para tal ato. Gatti (2009) nos apresenta isso quando diz que:

[...] a condição de remuneração de professores no Brasil vem sendo muito desigual, tanto no que se refere aos níveis de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, como nas demais séries da educação básica, e também conforme a região e a dependência administrativa. Em média, ela não pode ser considerada atraente quando comparada a outras profissões com exigência de grau universitário. Ao se olhar o conjunto de dados relativos a salários, constata-se que há regiões em

que a remuneração dos professores tem sido sistematicamente muito baixa. Claro que cabe considerar aqui a oferta de empregos. Porém, para certo conjunto de jovens o magistério não é uma carreira que estimula sua procura. (GATTI, 2009, p. 240)

Se pararmos para analisar a formação do pedagogo, as críticas se tornam ainda piores. Tratando-se de um país e um governo que não priorizam a educação de qualidade e a formação necessária para exercerem essa tarefa prioritária na sociedade, vemos que a realidade infelizmente é cruel tanto para os professores que estão na ativa, quanto para os futuros professores, quanto para os alunos, independentemente de sua escolaridade e isso se inicia desde os cursos de graduação. “Se formar professor no Brasil, sobretudo nessa década, é entender que a licenciatura quase nunca é um espaço de profissionalização como outras profissões.” (CAMPOS, 2017, p. 38)

A licenciatura de Pedagogia é cursada por quem deseja atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, podendo exercer com crianças de 4 meses a 10 anos, divididos entre faixas etárias (4 meses a 2 anos - berçário, 2 anos a 5 anos - pré-escola, 6 anos a 10 anos - ensino fundamental I) e na Educação de Jovens e adultos com alunos que não concluíram o ensino fundamental. Entretanto a atuação do pedagogo não se restringe a ser professor destas etapas da educação básica, fazendo uma pós-graduação, pode-se atuar em diversas áreas, como na pedagogia hospitalar, psicopedagogia, coordenação, administração escolar, educação especial, pesquisa acadêmica, entre outros.

Porém, com a diversificação da oferta da graduação em Pedagogia como, por exemplo, curso de curta duração, ensino à distância (EAD), o mesmo foi banalizado como opção para as pessoas que não conseguem fazer a faculdade desejada ou que procuram um emprego mais rapidamente.

A profissão docente vive historicamente uma crise de identidade – “mal-estar docente” - causada por uma série de questões sociais e históricas acerca da educação, que carregam marcas, sobretudo de classe e gênero (ENGUITA, 1991). Essas questões implicam quase sempre em um “senso comum” que se pensa na escolha por essa profissão como a escolha de alguém que abdicou de muitos direitos profissionais. (CAMPOS, 2017, p.38)

Diante do exposto, observamos que desde a graduação, diversos alunos que não gostariam de estar nas salas de aula e que acabam não se dedicando para o aprendizado que o curso pode oferecer e, conseqüentemente, há professores insatisfeitos com seus trabalhos, cansados mentalmente e que não se dedicam a ação de ensinar, e por diversas vezes isso acaba refletindo em seus aulistas, quando não, terminam abandonando a carreira docente para outras profissões. Como Gatti (2009) nos afirma após realizar sua pesquisa:

Não nos parece gratuito que, quando os alunos das licenciaturas foram indagados sobre a principal razão que os levou a optarem pela licenciatura, 65% dos alunos de Pedagogia atribuem a escolha ao fato de querer ser professor, ao passo que esse percentual cai para aproximadamente a metade dos demais licenciandos. Mesmo tendo os licenciandos da Pedagogia, em maioria, declarado ter optado de fato pelo magistério, não é desprezível o contingente de 35% que não opta por essa carreira, mesmo fazendo o curso. (GATTI, 2009, p. 256)

A Educação conta com uma ampla grade de matérias/conhecimentos e talvez por isso seja comum encontrar professores universitários dos cursos de graduação em Pedagogia cuja formação inicial realizou-se em áreas. Segundo Gatti (2009) ainda há muito a ser melhorado nas licenciaturas e, focada no curso de graduação em Pedagogia, ela afirma que:

verificou-se que o processo de oferta dos cursos de licenciatura no país permite inferir que as condições de formação de professores, de modo geral, ainda estão muito distantes de serem satisfatórias, e evidencia que a preparação de docentes para os anos iniciais da escolaridade em nível superior está sendo feita de forma um tanto precária. (GATTI, 2009, p. 257-258)

Com isso, iremos apresentar de que modo esta formação é realizada no município estudado e de que maneira é ofertada para os alunos.

CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO ESTUDADO

Como nosso foco de estudo é o curso de Pedagogia da UNESP localizado na cidade de Marília, apresentaremos sucintamente o perfil do município estudado. Marília é um município localizado no centro-oeste paulista, cerca de 370 km da capital. Atualmente conta com 238 882 habitantes (IBGE, 2019) e seis distritos, sendo eles Amadeu Amaral, Avencas, Dirceu, Lácio, Padre Nóbrega e Rosália. Sua economia depende muito da indústria alimentícia responsável por grande quantidade da oferta de emprego e renda na cidade; entretanto, possui um polo educacional muito rico, contando com instituições públicas e privadas de nível técnico e superior somando cinquenta cursos distintos; uma boa parte das vagas concentram-se nos cursos de Administração e de Pedagogia.

A Educação de Jovens e Adultos começou a ser oferecida no município a partir da década de 1940 pela rede estadual de educação e por associações filantrópicas como as igrejas, quando começaram a ser propostas políticas públicas nacionais para a redução do analfabetismo no país. Dentro das associações filantrópicas, a EJA foi ofertada como incentivo aos pais das crianças que já eram atendidas no contraturno. Todavia, este projeto não se estendeu por muito tempo. Após esse momento, foi notado um aumento significativo entre as décadas de 1950 e 1960 nas matrículas de alunos para esta modalidade e do acréscimo das instituições filantrópicas com

objetivo além da alfabetização, “esses grupos, diferentemente do que ocorria nas décadas anteriores, objetivavam não apenas superar o analfabetismo, como também ofertar uma educação consciente com vistas a um melhor desenvolvimento social” (VÊNANCIO, 2011, p. 108). Contudo logo foi encerrado por conta da ditadura militar que o país viveu. Passando por alguns projetos posteriormente, até ser função do município após a municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental ocorrida em 1998.

Neste mesmo ano, a EJA passou a ser responsabilidade do município, regulamentado pela lei ordinária municipal, n. 4 438 de 21 de maio de 1998. Conforme citada pelo autor: “Nesse início, de acordo com no artigo n. 02 da lei supracitada, houve a abertura de apenas quatro salas nos anos iniciais da EJA, sendo três delas localizadas na zona sul e uma na zona norte do município, que em conjunto ofertavam apenas setenta vagas.” (VÊNANCIO, 2011, p. 117) O autor cita ainda que:

Faz-se necessário mencionar, que a rede pública estadual de ensino, até o ano de 2010, possuía duas escolas voltadas exclusivamente à EJA, denominadas de Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), que ofertavam cursos semipresenciais, por meio de telessalas ou de módulos de conhecimento. Além dos centros, a rede pública estadual possuía três salas que ofertam na EJA, a segunda etapa do ensino fundamental e o ensino médio, por meio de cursos presenciais, localizadas em uma escola que oferta os níveis regulares de ensino. (VÊNANCIO, 2011, p. 118-119)

Atualmente, o estado de São Paulo possui 417 752 alunos matriculados na EJA, sendo 177 060 no Ensino Fundamental, distribuídos nos ambientes urbano e rural entre 2 374 instituições federais, estaduais, municipais e privadas. No município de Marília temos 2 090 alunos, com 697 no ensino fundamental (INEP, 2019). Estes alunos estão distribuídos entre 8 instituições, Centro Estadual de Educação de Jovens e adultos (CEEJA), Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professor Olímpio Cruz, EMEF Nivando Mariano dos Santos, Fundação Bradesco, Escola Antônio Augusto Neto e Penitenciária de Marília. Sendo que apenas duas disponibilizam os anos iniciais do ensino fundamental, EMEF Professor Olímpio Cruz, com duas turmas, e EMEF Nivando Mariano dos Santos, com apenas uma turma, sob responsabilidade do município.

“A Educação de Jovens e Adultos corresponde ao ciclo 1 do Ensino Fundamental, de forma presencial, com a duração mínima de 2 (dois) anos, correspondentes a quatro semestres, com a carga horária diária de 3 (três) horas e semanal de 15 (quinze) horas” (MARÍLIA, 2019). Oferecidos no período noturno, os alunos que por diversos motivos não puderam estudar no período ideal, conseguem sair do trabalho e ir direto para a escola, tendo direito à alimentação, transporte e ao material necessário para o acompanhamento das aulas. A Lei Orgânica Municipal (MARÍLIA, 1990) reafirma que no período de alfabetização na EJA é necessário

considerar as condições reais dos alunos, ofertando as oportunidades necessárias para o retorno e sua permanência.

Entretanto, queremos enfatizar que a Educação de Jovens e Adultos no país sempre foi colocada em segundo plano; desse modo, tudo que envolve esta temática vem sendo precarizada face ao pequeno investimento nesta área de extrema importância. Com isso, diversas salas em bairros diferentes, acabaram fechando e, por consequência, há crescente número de desistência nas classes de EJA, dificultando o transporte escolar e o estimulando uma nova frustração decorrente do repetido abandono dos estudos. A vivência dos bolsistas PIBID EJA nas escolas citadas, registra a dificuldade encontrada pelos alunos em consequência da falta de um merendeiro para o turno noturno: em alguns dias os professores paravam as aulas mais cedo para esquentarem o jantar ou oferecerem bolachas e leite a todos.

Outro aspecto notado foi a falta da supervisão por parte da gestão escolar no período da noite, gerando mais uma vez um “sentimento” de abandono e colaboração com os professores. Nota-se que face a eventuais ausências dos docentes, na maioria das vezes, não havia ninguém para substituí-lo, resultando no cancelamento da aula. Como alguns alunos não possuem celular ou não são alfabetizados, vão à escola e retornam sem aula, correndo riscos; alguns aulistas mesmo com idade avançada vão à escola andando. Desse modo, pelo que pudemos apreender do contexto vivenciado em uma das escolas municipais dos anos iniciais, a modalidade não vinha recebendo o suporte e incentivo necessários para este ensino, tornando precário o acesso e a permanência dos alunos que desejaram retomar os estudos com idade mais avançada.

[...] Quando o/a educando/a “abandona” os espaços de educação formal, ele o faz por não se sentir mais como “pertencente” àquele ambiente, inclusive à educação de maneira geral; ele perdeu os vínculos educacionais e assim não se considera mais “parte” daquele ambiente.”(FURLANETTI; CAMARGO, 2018, p. 204)

O CURSO PEDAGOGIA NA UNESP DE MARÍLIA

Conforme a Lei nº 952 (SÃO PAULO, 1976) foi criada a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. “A Unesp, criada em 1976, resultou da incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, então unidades universitárias situadas em diferentes pontos do interior paulista” (UNESP, 2018). A mesma faz parte das Universidades mantidas pelo governo estadual de São Paulo, tendo seu diferencial na distribuição dos seus câmpus por vinte e quatro municípios - quase todos no interior paulista, ofertando mais de uma centena de cursos de graduação. Seis câmpus da UNESP oferecem a formação inicial em Pedagogia: Araraquara, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto. Com foco na licenciatura, a graduação em Pedagogia possui duração de oito semestres (4 anos), grades flexíveis em cada câmpus, matérias optativas dentro e fora do seu curso possibilitando oportunidades de ampliação do conhecimento aos interessados. Também oferece diversos projetos durante a graduação (como o PIBID, PIBIC, Residência Pedagógica e Núcleo de Ensino

- entre outros) que proporcionam experiência para a iniciação à docência e à pesquisa científica para alunos recrutados em processos seletivos. Conforme informado na página oficial da UNESP, sua finalidade é “incentivar o trabalho de pesquisa científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e da criação e difusão da cultura, bem como formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento” (UNESP, 2017).

Este estudo tem como foco a formação para a EJA na Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciência (FFC) da UNESP, localizada no município de Marília. O campus conta com nove cursos de graduação com carga horária variável - parciais ou integrais. A licenciatura em Pedagogia disponibiliza cerca de 120 vagas, sendo 40 na parte da manhã e 80 no curso noturno; foi classificado com nota 5 estrelas pelo guia do estudante de 2017 da editora Abril (2018). Apresenta uma grade curricular diversificada, com grande procura pela educação especial; matérias optativas a serem escolhidas em qualquer área dentro do campus (estas disciplinas são previamente selecionadas pelo coordenador do curso) e, no último semestre, três opções de áreas de aprofundamento nas quais o aluno escolhe estudar sobre a educação inclusiva, infantil ou gestão escolar. Conta com os estágios obrigatórios para o aluno, na prática, a realidade das escolas de educação infantil, ensino fundamental e a gestão escola; esta vivência torna-se objeto de reflexão no relatório de estágio. A partir do segundo ano de graduação o aluno pode realizar o estágio remunerado (que permite uma vivência muito mais ampla da realidade escolar) e/ou optar pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Buscamos quais campus da UNESP apresentavam a matéria de Educação de Jovens e Adultos para analisar como era oferecida para os alunos de Pedagogia. As grades curriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) disponibilizados nos sites de cada unidade permitem observar que a formação dos professores que exercerão sua profissão dentro das salas de EJA é pouca ou nula em quase todas elas. Dentro dos cursos da UNESP, os campus de Araraquara e São José do Rio Preto não contam com uma disciplina para a EJA. As Unidades de Bauru, Presidente Prudente e Rio Claro oferecerem a disciplina na grade obrigatória do curso e o campus de Marília oferece em caráter optativo. Na unidade de Marília, a disciplina é oferecida por um grupo de professores a fim de ofertar pontos de vista e conteúdos diferentes para os alunos. Entretanto, na prática as aulas não possuem continuidade, trazem dificuldades aos alunos que buscam compreender como cada conteúdo deve ser apresentado em conjunto.

Pesquisa realizada por Miguel (2011) evidencia o pequeno número de instituições que ofertam no curso de Pedagogia a matéria de EJA. Conforme apresentado pelo autor “[...]o que mais chama a atenção é o número de disciplinas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos: apenas 49 registros no total de 3 107 disciplinas elencadas nas licenciaturas em Pedagogia, o que corresponde a apenas 1,6%” (MIGUEL, 2011, p. 3143). O estudo confirma que a EJA não é valorizada nos cursos de formação de professores. Gatti (2009) também aponta pesquisa que ratifica esta afirmação: “poucos cursos propõem disciplinas que permitam algum

aprofundamento em relação às modalidades educacionais (EJA e educação especial) e à educação infantil, seja mediante a oferta de optativas, seja de tópicos e projetos especiais.” (GATTI, 2009, p.55).

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma ação governamental junto ao MEC (Ministério da Educação) regulamentado pelo decreto n.º 7 219/2010 com o objetivo de “fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica.” (BRASIL, 2010) Desde a versão inicial, é gerenciado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e oferece bolsas para que os alunos, juntamente com sua instituição de ensino superior, possam desenvolver projetos de iniciação à docência.

Os projetos devem promover a iniciação do licenciando no ambiente escolar ainda na primeira metade do curso, visando estimular, desde o início de sua formação, a observação e a reflexão sobre a prática profissional no cotidiano das escolas públicas de educação básica. (BRASIL, 2020)

Sua intenção é aproximar os estudantes de Licenciaturas de suas profissões, incentivando o magistério de modo que os alunos possam ter a ação, vivência e o pensar dentro da realidade das escolas e do local onde os estudantes desejam exercer sua profissão, como afirma Cardoso (2015) “o programa PIBID contribui para a formação profissional, humana, intelectual, cultural e política dos sujeitos no processo de formação docente.” (CARDOSO, 2015, p. 9)

Os projetos, propostos para qualquer instituição de ensino superior que possua cursos de Licenciatura, são divulgados/oferecidos por meio de editais; as instituições devem compor um quadro com alunos, professores das escolas e professores das IES (instituições de ensino superior), podendo ser dividido em subgrupos. “O PIBID traz consigo o viés da formação inicial e formação continuada o programa institucional de bolsa de iniciação à docência, contemplando vários sujeitos em único processo formativo.” (CARDOSO, 2015, p. 10). As escolas fazem parcerias com as instituições a fim de proporcionar ao aluno esse contato direto entre a Universidade e as escolas no município onde está inserido. Deste modo proporciona formação continuada para os professores que já estão em serviço, fazendo-lhes repensar sua prática, vivenciar novamente a interlocução entre a Universidade e a escola pública, agregar valores e pensamentos para todos os envolvidos no projeto. Marquazan *et. al* (2017) mostra em sua pesquisa que:

compreende-se que as práticas de iniciação à docência do Pibid contribuem para o desenvolvimento profissional ainda durante a formação inicial dos futuros professores, na medida em que as experiências vivenciadas por eles forem [re]

elaboradas e [re]significadas durante seus percursos formativos. (MARQUEZAN *et.al*, 2017, p.115-116).

São ofertadas bolsas de auxílio para as três categorias pagas diretamente pela CAPES a um crédito bancário pré-estabelecido, variando os valores para cada participante (alunos e professores). Os objetivos deste projeto:

- I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II - contribuir para a valorização do magistério;
- III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. (BRASIL, 2010)

O acompanhamento do projeto realiza-se através dos relatórios semestrais ofertados pelos alunos e pelos coordenadores das instituições, participação nos eventos oferecidos, encontros casuais, entre outros. Neves (2016) afirma a necessidade, dentro do projeto, de estratégias que orientem e estimulem os alunos na realização de reflexões mais problematizadoras daquilo observado durante o processo, como atividades e estratégias, seleção dos conteúdos a serem apresentados, o ambiente em que os alunos estão inseridos, entre outros. Leite (2011) confirma isso dizendo:

[...] além do conhecimento da disciplina que irá ensinar, o docente precisa ter preparo para compreender os desafios inerentes ao processo de ensino-aprendizagem e assegurar-se da importância dos princípios em relação ao caráter ético de sua atividade. E esses saberes docentes, necessários ao professor, constituem ainda conhecimentos novos para as instituições e para os pesquisadores que atuam na formação deste profissional. (LEITE, 2011, apud VICENTE, 2014, p. 3)

Na UNESP, o comprometimento com a Educação Básica justifica diversos projetos, como o Núcleo de Ensino capaz de inserir os alunos nas escolas públicas do município e que serviu de base para a organização do PIBID na Universidade:

Ainda de forma embrionária, os elementos constitutivos do PIBID já se faziam presentes no Núcleo de Ensino, em especial, ao desenho da parceria, que permitia o envolvimento dos três sujeitos estratégicos: licenciado, o professor da rede pública e o professor da Universidade. (MENDONÇA, *et. al*, 2018, p. 17).

A iniciativa começou a crescer depois de alguns anos, chegou a 57 projetos no ano de 2013 quando participou de todos os cursos de Licenciaturas, levou a UNESP a ocupar o sétimo lugar dentre as Universidades com o maior número de bolsas para os estudantes no edital referido acima. (MENDONÇA *et.al.*, 2018)

No ano de 2016, os projetos da UNESP com o programa geraram uma ampla produção de atividades didático-pedagógicas: produções bibliográficas, artigos científicos, livros, teses, trabalhos de conclusão de curso, entre outros.

Destacam-se, para além da produção material e geração de produtos, novas subjetividades no tocante à identidade docente, sem dúvida contribuindo para a valorização institucional e social da formação de professores e, por conseguinte, do status dos cursos de licenciatura na Universidade. (MENDONÇA *et. al.*, 2018, p. 24).

Conseqüentemente, vemos que as ações dos subprojetos estimularam a criação de novos olhares pedagógicos para as escolas, sendo exploradas dentro e fora das salas de aula a fim de gerar resultados mais eficazes, ressignificando o conhecimento e o modo como é passado para os alunos.

Por conta disso, foi realizado em 2014 o subprojeto interdisciplinar na UNESP de Marília, com a participação dos cursos de Licenciatura do campus (Pedagogia, Ciências Sociais e Filosofia) com ricas atividades de formação, estudos e planejamento para as aulas.

O subprojeto investe numa ação interdisciplinar de formação de educadores de jovens e adultos, oferece aos sujeitos excluídos do processo de escolarização o acesso à leitura e a à escrita, bem como investiga procedimentos metodológicos adequados a esse público. (BROCANELLI *et al.* 2018, p. 150).

O município de Marília possui cerca de 6% de analfabetos absolutos (BROCANELLI *et al.* 2018), e a realização do subprojeto interdisciplinar faz-se necessário para a proposição de um ensino que envolva todas as áreas de conhecimento de forma mais ampla e articulada, para uma melhor associação para os estudantes e para os alunos da EJA.

Cabe ao professor o papel de mediador entre a sociedade letrada e os alunos analfabetos a fim de proporcionar um reconhecimento de saída da marginalização vivida pelos alunos, apresentando soluções e condições para que ocorra uma inserção participativa na sociedade. Brocanelli *et al.* (2018) reforça esta formação quando diz: “nossos iniciantes na docência têm privilegiado uma educação que não meramente cumpre um currículo fechado, mas veiculam outras atividades que inserem os alunos das escolas parceiras em possibilidades de formação cidadã e inclusiva.” (BROCANELLI *et al.* 2018, p.152)

É necessária a realização de projetos capazes de assegurar os interesses dos alunos (em articulação com os conteúdos pedagógicos) preservando suas especificidades,

anseios e dificuldades; o PIBID apresenta subsídios para o desenvolvimento de atividades didáticas como professores de jovens e adultos que atendam o seu contexto de vida.

[...] trata-se de uma formação em vista de uma relação pedagógica com sujeitos, trabalhadores ou não, com marcadas experiências vitais que não podem ser ignoradas. [...] Também o tratamento didático dos conteúdos e das práticas não podem se ausentar nem da especificidade da EJA e nem do caráter multidisciplinar e interdisciplinar dos componentes curriculares. (BRASIL, 2000, apud BROCANELLI *et. al*, 2018, p. 156)

Atualmente, este projeto não ocorre mais no campus, porém, todos estes ensinamentos trouxeram uma base de conhecimentos acumulados e registrados nas publicações para que os novos professores/orientadores possam utilizar como base no auxílio dos alunos com os projetos atuais. Durante os anos de 2018 - 2019, a participação no PIBID denominado “Educação Inclusiva e Ensino Colaborativo nos anos iniciais e na EJA”, no subprojeto PIBID EJA, permitiu observar que os bolsistas EJA foram respaldados com diversas reuniões, palestras, cursos de formação e conversas para atender os alunos das salas de EJA. Os professores tiveram contato com diversas temáticas para aprimorar aprendizados e integrar conteúdos nas aulas.

Estar inseridas/os no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) tem nos proporcionado experimentar uma aproximação efetiva entre a universidade e a escola pública e, com isso, uma formação acadêmica com a oportunidade de compreender de modo mais amplo o funcionamento e a organização escolar. (FURLANETTI; CAMARGO, 2018, p. 205)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A unidade de Marília apresenta no Projeto Político Pedagógico a oferta da disciplina de Educação de Jovens e Adultos como optativa no último ano da graduação. Vemos com isso que o número de matrículas para esta disciplina gira em torno de 60% a 65% dos alunos e apesar de ser um número significativo, também nos mostra preocupação com os demais que optam por não assistirem esta aula. O que nos faz repensar a prática exercida caso estes alunos ministrem aula na modalidade da EJA. Levando em conta a procura por mais de metade dos alunos, seria interessante repensar a relevância desta matéria e posteriormente colocá-la como obrigatória na grade curricular, como ocorre em alguns campus da UNESP.

Através dos resultados principais, destacamos que a formação diferenciada para a Educação de Jovens e Adultos é essencial para que os alunos possam se desenvolver melhor e mais rapidamente, e que a formação dos professores que trabalharam nestas salas é de suma importância.

Num sentido mais amplo, seria fundamental que todos os licenciandos tivessem a possibilidade do contato constante, supervisionado e qualificado com a escola, como o que é oferecido pelo PIBID. Obviamente que tal fato exigiria mudanças na visão que a própria Universidade apresenta sobre as licenciaturas, mas também

do papel do Estado no sentido de definir políticas e princípios para a formação de professores. Daí a luta de constante e a mobilização nacional em prol da continuidade, fortalecimento e expansão do PIBID como política pública de formação de professores. (MENDONÇA *et.al.*, 2017, p. 30).

Durante o período de vigência do programa e, com o auxílio dos professores, foram vivenciadas inúmeras experiências dentro da sala de EJA. Com o PIBID, em uma sala de alfabetização de EJA, observa-se como esta modalidade é desvalorizada e como os alunos sentem essa depreciação desde muito cedo. “Não se pode negar que a marginalização é uma realidade tão presente que parece uma condição de vida; um dos trabalhos desafiadores é entender e se fazer entender que há possibilidades de superação da situação.” (BROCANELLI *et. al.*, 2018, p. 151) Desse modo, foram realizadas diversas orientações e formações com um olhar para a especificidade da EJA, para que tanto as bolsistas do programa que tinham contato direto com a EJA quanto todos que tinham interesse no assunto pudessem aprender e entender ainda mais como se deve ser a formação e as aulas para esta modalidade de ensino.

Conforme o levantamento bibliográfico, podemos reconhecer a importância do PIBID para a formação inicial do pedagogo. Por se tratar de uma modalidade pouco falada e estudada, e aqui em Marília não ser necessário o estágio obrigatório nesta etapa, o único contato com as salas de Educação de Jovens e Adultos ocorre através do programa e sua parceria com a Universidade. Enfatizamos a relevância deste estágio no processo de formação daqueles que participaram do subprojeto EJA. Analisando as pesquisas de estudantes que participaram do PIBID/EJA vemos uma fala similar em todas quando relatam a relevância do projeto para sua formação. Todas apresentaram uma satisfação em participar, enriquecimento profissional e pessoal, além de desafios por todas as experiências e por terem lecionado pela ausência de professor. Como afirma Corbanezi (2011):

Como docente em formação, foi muito importante, primeiramente acompanhar uma sala de aula de EJA, e poder ter a experiência da forma como coloca Larrosa (2004), com o tempo para pensar sobre a prática, discutir com o grupo, buscar novas formas e me colocar como educadora que acredita naquilo que faz... (CORBANEZI, 2011, p. 51)

Arruda (2011) também nos mostra isso quando afirma que:

O valor que esse trabalho teve para mim, vai muito além de contribuições para uma melhor compreensão da EJA como um todo, mas o valor da experiência que tive, do crescimento pessoal e profissional, conseguiram ultrapassar todos os objetivos propostos para o trabalho, conciliando os olhares do público da EJA, olhares de autores que já escreveram sobre o tema, e o meu olhar como aluna-pesquisadora. (ARRUDA, 2011, p.76)

Em suma, podemos afirmar que o PIBID traz contribuições significativas para a formação inicial dos pedagogos, oportunizando o aprofundamento dos conhecimentos pessoal e profissional, qualificando ainda mais os graduandos e possibilitando a vivência em sala de aula que não teríamos fora do programa. Bolsista PIBID em salas da EJA do município e com embasamento teórico, foi possível repensar a prática antes mesmo de assumir a sala como professora, o que produziu um olhar diferenciado sobre a EJA e sobre a necessária a formação específica para atuar nesta modalidade de ensino.

SILVA, R. R.; LEMOS, L. F.; FÁCIO, M. A. The teaching of brazilian sign language (libras) for hearing people: a bibliographical analisys of the linguistic process involve. *Educação em Revista*, Marília, v. 22, p. 55-72, 2021, Edição Especial 2.

ABSTRACT: Youth and Adult Education (EJA) is a modality of Basic Education. EJA is for people over the age of 15 who have not completed elementary school and / or high school. The purpose of this study is to identify how EJA training takes place in the Pedagogy course at the University at the São Paulo State Júlio Mesquita Filho (UNESP) at the campus in Marília and to verify the possible contributions of the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships (PIBID) for acting in EJA. The methodology used was bibliographic and documentary research. As a result of the study, we highlight the importance of student access to this modality within the university, the need for specialized training for students graduating from EJA classrooms and the fundamental role of the program as a helper and mediator of these two needs, anticipating this contact with the classroom and offering a different look at an emancipatory and necessary practice that all pedagogy students need to obtain when they become teachers, so that, if they take over an EJA room, they know a better way to conduct classes.

KEYWORDS: Teacher training. EJA. PIBID.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, N.D. *Um estudo sobre a exclusão e a reinserção escolar de alunos da Educação de Jovens e Adultos no município de Rio Claro*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Pedagogia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 9.394*, de 20 de dezembro de 1.996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 22-set-2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto 7.219*, de 24 de junho de 2.010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm> Acesso em: 22-out-2020.

BRASIL. *PIBID*. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid>> Acesso em: 27-ago-2020.

BRASIL. INEP. *Sinopse Estatísticas da Educação Básica 2019*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> Acesso em: 31- jan- 2020.

BROCANELLI, C.R.B. *et. al.* PIBID Interdisciplinar – EJA e formação de professores: Desafios históricos e pedagógicos. In: MENDONÇA, S.G.L. *et. al.* (orgs.). *PIBID/UNESP forma(a)ção de professores: percursos e práticas pedagógicas em Ciências Humanas*. Marília: Oficina universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, p.143-162, 2018.

CAMPOS, K.L. *O capital cultural e a formação de estudantes do Curso de Pedagogia da Unesp/Bauru*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Pedagogia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2017.

CARDOSO, D.B. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência: potencializador na formação docente dos acadêmicos do Curso de Pedagogia. *Eventos pedagógicos*. Sinop (MT). v. 6, nov./2015. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/2017>> Acesso em: 22-set-2020.

CORBANEZI, C.C.N. *Registros em sala de EJA: instrumentos para a vida e aprendizagem*, 54f., 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Pedagogia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2011.

DI PIERRO, M.C. Tradições e Concepções de Educação de Jovens e Adultos. In: CASTELI JÚNIOR, R. (org.). *Formação e Práticas na Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: Ação Educativa, p.9-22, 2017.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FURLANETTI, M.P.F.R; CAMARGO, M.R.R.M. Quando a atuação vira formação: Desafios para a docência em EJA. Alfabetização, escrita e leitura. In: MENDONÇA, S.G.L. *et. al.* (orgs.). *PIBID/UNESP forma(a)ção de professores: percursos e práticas pedagógicas em Ciências Humanas*. Marília: Oficina universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, p.197- 210, 2018.

GATTI, B. A; NUNES, M.M.R (orgs.). *Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas*. São Paulo: FCC/DPE, 2009. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1463/arquivoAnexado.pdf > Acesso em: 22-set-2020.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S.S. (coord.). *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/04/Professores-do-Brasil-impasses-e-desafios.pdf>> Acesso em: 20-set-2020.

GUIA DO ESTUDANTE. Pedagogia: veja as melhores faculdades para futuros educadores. *Da redação*, [s.l.], 22 fev. 2018. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/melhores-faculdades/pedagogia-veja-as-melhores-faculdades-para-futuros-educadores/> > Acesso em :06-jan-2020.

HADDAD, S. Educação de Jovens e Adultos, Direito Humano e Desenvolvimento Humano. In: CASTELI JÚNIOR (org.). *Formação e Práticas na Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: Ação Educativa, 2017, p. 25-42.

IBGE. *Marília: população estimada*. [s.l., s.n.] 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/marilia.html>?> Acesso em: 23-nov-2020.

MARÍLIA. *Lei Orgânica do Município de Marília*, de 4 de abril de 1990. Disponível em: <https://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/wp-content/uploads/2012/10/Lei_Organica.pdf> Acesso em: 01-nov-2020.

MARÍLIA. *Lei Ordinária 8.354*, de 19 de fevereiro de 2019. Regulamenta o sistema municipal de ensino de Marília e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.marilia.sp.leg.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=38693&texto_original=1>

MARQUEZAN, F.F.; SCREMIN, G; SANTOS, E.A.V. Aprendizagem da docência na formação inicial de professores: contribuições do Pibid/Pedagogia. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 112-128, jan./jun. 2017.

MENDONÇA, S.G.L. *et. al.* PIBID/UNESP: consolidação de um percurso. In: MENDONÇA, S.G.L. *et. al.* (orgs.). *PIBID/UNESP forma(a)ção de professores: percursos e práticas pedagógicas em Ciências Humanas*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 17-31, 2018.

MIGUEL, J. C. A formação do Educador de Jovens e Adultos no contexto do PIBID/CAPES/MEC/UNESP: um estudo sobre a especificidade e a profissionalização docente em EJA. In: XI CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES E I CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2011, Águas de Lindóia/SP. *Anais...* Águas de Lindóia/SP: UNESP, 2011. v. 1. p. 3136-3147. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/139858>>. Acesso 21-nov-2020.

NEVES, E. R.; FERENC, A. V. F. O PIBID pedagogia e a aprendizagem da docência: entre proposições e ações efetivas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 11, n. 4, p. 2046–2063, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7816>>. Acesso em: 12-dez-020.

SÃO PAULO. *Lei 952*, de 30 de janeiro de 1976, Dispõe sobre criação da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1976/lei-952-30.01.1976.html>>. Acesso em: 12-nov-2020.

UNESP. [s.l., s.n.] 01 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/#!/instituicao/apresentacao/a-faculdade-hoje9745/>> Acesso em: 28-dez-2020.

UNESP. [s.l., s.n.] 03 mar. 2018. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/sobre-a-unesp/historico/>> Acesso em: 29-dez-2020.

VENANCIO, J.C. *Os anos iniciais da Educação de Jovens e Adultos nos Municípios de Marília SP e Presidente Prudente/SP: uma análise das políticas públicas educacionais e suas influências no desenvolvimento de propostas em EJA*. 330 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Pudente, 2011.

VICENTE, M.F; LEITE, Y.U.F. O impacto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) para a formação inicial de professores. CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2.; CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 12., 2011, Águas de Lindóia. *Anais...* Congresso Nacional de Professores 12. Congresso Estadual sobre Formação de Educadores... São Paulo: UNESP; PROGRAD, 2014. p. 2643-2655. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/141768>> Acesso em: 20-fev-2021.

Recebido em: 14/04/2021.

Aprovado em: 18/10/2021.